

Especificidades da Permanência e da Evasão de Alunas(os) Bolsistas Negras(os) no Ensino Superior*

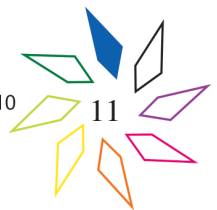
SUZANA MARISA RODRIGUES RIBEIRO

Advogada. Licenciada em Letras (UFRGS). Bacharel em Direito (UFRGS). Especialista em Projetos Culturais e Sociais (UFRGS). Estudiosa das relações étnico-raciais. Membro fundadora e Coordenadora de Projetos do Centro Ecumênico de Cultura Negra (CECUNE).
suzanamrr@gmail.com

ANA LUIZA DOS SANTOS JULIO

Psicóloga. Especialista em Psicologia Clínica. Mestre em Educação (UNISINOS-RS). Doutoranda em Psicologia (PUC-RS). Professora do Magisterio Superior. Psicoterapeuta. Estudiosa das relações étnico-raciais e de gênero. Assessora do Centro Ecumênico de Cultura Negra - CECUNE.
a-julio@hotmail.com

* Trabalho apresentado sob a forma de Comunicação no IV CONGRESSO BRASILEIRO DE PESQUISADORES NEGROS - COPENE, no Simpósio II – Ações Afirmativas, Estado e Movimentos Sociais, realizado no período de 13-16 set. 2006 em Salvador-BA.



LILIAN CONCEIÇÃO DA SILVA PESSOA DE LIRA

Teóloga, com graduação e mestrado (área de Religião e Educação) (Escola Superior de Teologia - EST - S. Leopoldo-RS) e Instituto Ecumênico de Pós-Graduação (IEPG/EST). Estudiosa das relações étnico-raciais e de gênero, especializando-se em gênero pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) e pelo Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulheres (UNIFEM). Gerente de Fortalecimento Sociopolítico das Mulheres da Secretaria da Mulher de Pernambuco.

liliancsilva13@yahoo.com.br

LUCIANA CAMPOS DE OLIVEIRA DIAS

Pedagoga. Teóloga. Psicopedagoga. Mestre em Educação (Universidade Católica de Goiás). Diretora da Faculdade Metodista de Santa Maria - FAMES.

luciana.dias@metodistadosul.edu.br

GENILMA BOEHLER

Teóloga. Mestre em Ciências da Religião (Universidade Metodista de São Paulo). Doutoranda em Teologia (Escola Superior de Teologia da IECLB, São Leopoldo, RS). Professora no Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix.

genilma.boehler@metodistademinas.edu.br

SINARA PORTO FAJARDO

Assistente Social. Mestre em Sociologia (UFRGS). Doutora em Direitos Humanos e Liberdades Fundamentais (Univ. Zaragoza, Espanha). Pós-doutoranda no Núcleo de Antropologia da Cidadania (UFRGS). Assessora da Presidência da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul.

sinara.fajardo@al.rs.gov.br



Resumo

O acesso à educação superior como instrumento de construção de equidade, protagonismo e mobilidade social de grupos historicamente excluídos levando em consideração recortes de cor/raça e de gênero, em uma instituição privada de ensino superior configurando um projeto de ação afirmativa de natureza privada e efeito público é o objeto da presente pesquisa. A percepção do momento histórico do Centro Universitário Metodista IPA, de Porto Alegre - RS, a precedência da sua iniciativa em relação aos programas de governo e a aliança construída com o Centro Ecumênico de Cultura Negra - CECUNE, grupo social específico, são aspectos que merecem um olhar analítico que identifique as múltiplas possibilidades e potencialidades da experiência que se encontra em andamento no espaço acadêmico da referida Instituição de Ensino. A pesquisa se propõe a identificar aspectos do perfil da(o) estudante bolsista do programa de inclusão social para negras(os) desse Centro Universitário que possam contribuir para a compreensão das peculiaridades de sua permanência ou evasão, mediante análise documental da totalidade de ingressos no ano letivo de 2004. O caminho metodológico escolhido parte do registro de ingressos, tendo como categorias de análise os perfis individual, acadêmico e social, os índices de permanência e evasão, com o objetivo de identificar dados que possam vir a fortalecer o debate da temática acesso/permanência em programas de ações afirmativas voltados para este público.

Palavras-chave

Ação afirmativa privada em educação. Diversidade de cor/raça e gênero. Inclusão, permanência e evasão.

A título de introdução

[...] a universidade deveria se dissociar da função de dominação cultural para ser reconstruída como uma universidade livre, aberta para todas as experiências e para todas as classes sociais [...]. O aparecimento ocasional de filhos de operários negros e mulatos de “origem pobre” não atesta muita coisa. Ou, antes, atesta só uma coisa: a vigência da norma segundo a qual a exceção confirma a regra. (FERNANDES, 1984, p. 66-670).

Em 1837, há 169 anos, portanto, no território da então Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, Antônio Elizário de Miranda Brito, Presidente da Província, sancionou a Lei de numero 14, em 22 de dezembro disciplinando, entre outras matérias, o acesso à instrução pública primária. Seu artigo terceiro mencionava aqueles (cidadãos e cidadãs da Província) “proibidos de frequentar as escolas públicas” – “§ 2º - Os escravos, e pretos ainda que sejam livres, ou libertos” (BARBOSA; CLEMENTE, 1987, p. 49).

A política de gerenciamento do acesso à educação no Brasil assim construída ao longo da história nacional vem sendo conservada com poucas variações. O acesso é garantido a alguns, é pesadamente dificultado ou abertamente negado a outros. Só muito recentemente as grandes discussões nacionais têm dirigido seu foco para o tema educação, pautando-se nas demandas encaminhadas pelas especificidades subjetivas como gênero, raça e outras mobilizadoras de análises que levam em consideração a diversidade e as desigualdades sociais. O direcionamento da educação para uma ação política, libertadora e democrática constitui-se tema multidisciplinar que se impõe como um dos eixos básicos na reflexão sobre inclusão social e combate às desigualdades na sociedade brasileira (VIEIRA, 2003, p. 83).

Relativamente ao povo negro, mesmo entre as diversas pedagogias progressistas, as propostas de igualdade social no acesso à educação mantiveram-se submersas em soluções universalistas apontando perspectivas de ascensão social como processos individuais, como se o Brasil fosse uma sociedade racialmente homogênea ou igualitária que se confronta apenas com desigualdades de classe e status socioeconômico (VIEIRA, 2003, p. 84).

Os indicadores sociais consolidados por órgãos oficiais do governo ou por pesquisas acadêmicas alertam para a disparidade de ocupação dos espaços sociais entre população negra e população branca também no sistema de ensino, revelando que as mudanças tecnológicas das últimas décadas não surtiram efeitos positivos para a população negra tendo, ao contrário, ampliado suas desvantagens, reservando-lhe os piores números entre os índices que medem a qualidade de vida.

Nesse contexto constrói-se o conceito de ação afirmativa como vetor, em última instância, da edificação de uma sociedade democrática que não pode ser atingida sem a equidade e que, especificamente, objetiva corrigir situações de desvantagem impostas historicamente a um segmento significativo dessa sociedade.

Decorrente da dicotomia Estado/sociedade, as ações afirmativas, como prática política, conforme apregoa Vieira (2003, p. 89), diferem em sua natureza. Podem ser emanadas do Estado, das diversas instituições e instâncias constituindo o que a autora denomina políticas de ação afirmativa, quanto podem ser criadas pelas organizações da sociedade civil, configurando iniciativas de ação afirmativa. Essa diferenciação tem consequências fundamentais e bem marcadas para a compreensão desse mecanismo de combate às desigualdades sociais. Observa-se que, para além do debate governamental acerca do tema, e anterior a ele, está a iniciativa civil, responsável mesmo pela efetivação do próprio debate governamental. A pressão dos movimentos anti-racistas obriga o Estado a assumir o monopólio do combate oficial às desigualdades raciais (VIEIRA, 2003, p. 89).

Na pauta do Movimento Negro brasileiro, já em 1945, instituições como a Organização dos Homens de Cor, com representações em grande parte do território nacional, incluíam nos

seus documentos um rol de ações a serem desenvolvidas pelo governo em relação à população negra e, nos anos 1960 e 1970, acentuam-se as discussões internas do movimento que redundam em articulação política para pressionar a efetivação de políticas de ações afirmativas em diversas áreas. Recrudesce, por outro lado, embora com muito menor significação e operacionalidade a corrente que deseja desconhecer a racialização historicamente estabelecida no país, o racismo que a mantém e as consequências desfavoráveis que ambos acarretam a pelo menos 46% da população brasileira.

Os teóricos do tema chamam a atenção para a circunstância bem caracterizada no Brasil da existência de um consenso não formalizado que aponta o Estado como principal criador e regulador das ações afirmativas, pelo seu papel coercitivo e promotor da ordem social e política, apesar do pioneirismo das organizações da sociedade civil sobejamente constatável.

O início do novo milênio traz a sequência de ações afirmativas na educação, implementadas por algumas universidades públicas, iniciando pelas universidades estaduais – Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

A experiência de ações afirmativas para a população negra no ensino superior no Centro Universitário Metodista IPA, em Porto Alegre

De forma singular, no estado do Rio Grande do Sul, o Centro Universitário Metodista IPA, Instituição de Ensino Superior privada, confessional e comunitária propõe e implanta, a partir de janeiro de 2004, a reserva de vagas para negros e negras que demonstrem competências para realizar estudos superiores, tendo como critérios primeiros a caracterização de baixa renda familiar e a aprovação no concurso vestibular. A experiência se revela pioneira e inovadora no universo das Instituições de Ensino de natureza privada, uma vez que precede à implantação do Programa Universidade Para Todos do Governo Federal - PROUNI¹.

Quando iniciou suas ações afirmativas direcionadas à população negra, a instituição caracterizava-se como Faculdades, mantendo sete cursos, com cerca de 1.800 alunos/as. Sua proposta encontra fundamentação na filosofia da mantenedora, a Igreja Metodista, cuja tradição no campo da educação remonta à sua origem na Inglaterra do século XVIII, pela concepção teológico-filosófica de indissociabilidade entre a prática da fé e a formação educativa para a vida social².

A constituição de um sistema próprio de educação metodista tem origem no processo de inserção do protestantismo histórico no país, no contexto da abertura dos portos e substituição da mão-de-obra escravizada. O trabalho educacional era estratégia para o estabelecimento da Igreja no país, que se sustentava na convicção de que a educação metodista promoveria a libertação dos/as nativos/as “da ignorância para a modernização”, influenciando as novas gerações concebidas

como futuras lideranças nacionais. As primeiras escolas metodistas se localizam nos focos de presença da igreja, nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul.

Conforme enunciado nas Diretrizes Epistêmicas do Projeto Pedagógico Institucional (PPI) do Centro Universitário Metodista IPA, no Brasil:

[...] a educação como parte da missão metodista é o processo que visa oferecer à pessoa e à comunidade uma compreensão da vida e da sociedade comprometida com uma prática libertadora, recriando a vida e a sociedade e questionando o sistema de dominação. O ensino, a pesquisa e a extensão fazem parte do compromisso social assumido pela igreja em participar na (re) construção da pessoa, da ciência, da tecnologia, da informação e comunicação, fortalecendo as relações sociais e as diversas formas de convivência humana, comprometendo-se com o enfrentamento das desigualdades hierárquicas e injustas que são constitutivas das estruturas sociais.

De 2004 a 2006, a instituição ampliou seu perfil, assumindo o formato de Centro Universitário. Passou a oferecer 30 cursos incluindo Licenciaturas e empreendeu um deslocamento geográfico de um campus centralizado no Bairro Rio Branco, para o estabelecimento de outros cinco *campi*, que projetam a presença da universidade na zona norte e na zona sul da cidade, em bairros de perfil diverso daquele onde se estabeleceu sua sede original e nos quais não havia presença de escola de nível superior.³

A ação afirmativa no campo da educação, empreendida por esta instituição de ensino superior (IES) privada, confessional e comunitária⁴ possui a amplitude de alcançar alguns indivíduos e grupos sociais, à escolha da instituição, relegados à margem da sociedade. A metodologia adotada para essa ação parte do diálogo da instituição de ensino, através da sua Coordenação de Extensão e Ação Comunitária, com esses grupos sociais. A IES escolhe algumas instituições que elege como representativas de segmentos com quem deseja trabalhar e firma convênio de parceria⁵ com vistas a viabilizar o acesso de estudantes oriundos desses setores sociais a todos os cursos oferecidos, selecionados por Concurso Vestibular com o benefício do sistema de bolsa de estudos que oferece a isenção do pagamento devido pelo aluno. Em um universo de 10 mil alunos/as, cerca de 1.800 deles/as são estudantes bolsistas o que perfaz um percentual aproximado de 18%, sendo que cerca de 400 destes/as são admitidos/as na espécie de bolsa direcionada para grupos sociais, que é a bolsa de demanda coletiva, com isenção de 100% da mensalidade devida pelo/a aluno/a durante todo o seu curso. Os/as demais 1600 alunos/as são atendidos/as pela bolsa de demanda individual com isenção de 50% da mensalidade.⁶

Nosso objetivo é dirigir o olhar para a experiência empreendida pelo Centro Universitário Metodista IPA, em Porto Alegre, em parceria com o Centro Ecumênico de Cultura Negra - CECUNE⁷, organização do Movimento Negro, na realização de ações afirmativas na educação superior direcionadas para o povo negro (auto-declarado preto ou pardo), em um espaço geográfico que apresenta um quadro estatístico assim caracterizado:

- no Rio Grande do Sul os negros representam 13% da população e em Porto Alegre esse percentual é de 16,7%⁸;
- conforme os dados do IBGE referentes ao Censo Demográfico 2000, na cidade de Porto Alegre os números da escolaridade superior da população adulta vistos através do recorte racial indicam que **22,7% dentre os brancos e 5,6% dentre os negros** possuem curso universitário;
- na observação da desigualdade racial contemplando a perspectiva de gênero, em relação ao nível universitário, os números relatam que **21,6%** das mulheres brancas possuem curso universitário enquanto entre as **mulheres negras esse índice é de 6,3%**, e no segmento masculino os números encontrados foram **24% para os homens brancos e 4,7% para homens negros**;
- em relação ao nível universitário, as diferenças entre as pessoas que pertencem a sexos diferentes mas à mesma raça são pequenas; no entanto, as **mulheres brancas exibem participação 71,3% mais elevada** neste patamar educacional quando comparadas com as mulheres negras. O contraste de homens brancos e homens negros com ensino superior em Porto Alegre mostra que a participação dos **brancos 80,5% superior à dos negros**.

Caracterizado como instituição filantrópica, o Centro Universitário Metodista IPA faz uso dos benefícios fiscais garantidos pelo governo federal⁹ quando oferece vaga com isenção de mensalidades para alunos/as negros/as comprovadamente carentes¹⁰.

Neste processo, o relacionamento institucional permite que os parceiros determinem algumas regras como as relacionadas à forma de distribuição das vagas oferecidas pela IES. Assim sendo, o CECUNE optou pelo princípio da universalidade de acesso, não o restringindo ao círculo de militantes do movimento negro, mas disponibilizado à comunidade em geral por ampla divulgação no *site* da IFE na época da inscrição para o Vestibular. O processo de qualificação relativamente a carência é feito pela IFE, cabendo ao CECUNE prover meios de identificar os/as candidatos/as em relação a critérios que possam se constituir em fatores de desempate na disputa diante do limite de vagas.

Iniciado com o Vestibular de janeiro de 2004 (2004-1), o programa de ação afirmativa no ensino superior dirigido para a população negra no Centro Universitário Metodista IPA desenvolve até este momento, de forma consolidada, apenas a etapa de acessibilidade. Conforme argumento de Boaventura de Souza Santos, nas sociedades

[...] onde o racismo, assumido ou não, é um fato, as discriminações raciais ou étnicas devem ser confrontadas enquanto tal com programas de ação afirmativa que devem visar, não só o acesso, como também o acompanhamento, sobretudo durante os primeiros anos onde são por vezes altas as taxas de abandono. Sem dúvida que a discriminação racial ou étnica ocorre em conjunção com a discriminação de classe, mas não pode ser reduzida a esta e deve ser objeto de medidas específicas.

Talvez seja mais correto designar a área do acesso como acesso/permanência/sucesso, uma vez que o que está em causa é garantir não só o acesso, mas também a permanência e o sucesso dos estudantes oriundos de classes ou grupos sociais discriminados. (SANTOS, 2005, p. 8-9).

Diante dessa argumentação, que é corrente no universo de discussão e construções sobre este tema¹¹, o processo deflagrado deverá ter desdobramentos no mais breve tempo possível, sob pena de mostrar-se incompleto.

Especificidades do ingresso, da permanência e da evasão de estudantes bolsistas negras(os) que ingressaram em 2004, no período de cinco semestres (2004/1 a 2006/1)

O grupo de estudantes focado por esta pesquisa é constituído pelos alunos/as que ingressaram no Centro Universitário Metodista IPA no ano de 2004, através de dois concursos Vestibulares realizados respectivamente em janeiro e em julho daquele ano. Obedecendo ao Regulamento de Bolsas da Instituição, tais estudantes foram previamente caracterizados como carentes, conforme critério de qualificação adotado pela Instituição que utiliza formulário próprio de cadastramento disponibilizado “on-line”. Foram também qualificados como negros, a partir de sua autodeclaração (OSÓRIO, 2004, p. 101-114) feita na inscrição para o Vestibular. Tomaram conhecimento do programa pela divulgação do mesmo junto aos Cursinhos Pré-Vestibulares para Negros e Carentes em funcionamento na região metropolitana de Porto Alegre (Porto Alegre e Viamão) e, no segundo semestre, pela divulgação feita por aqueles/as que ingressaram no primeiro semestre. Vale registrar que todos/as os/as candidatos/as aprovados/as no Vestibular receberam bolsa de estudos.

No universo em observação, a presença feminina representa 65,59% do total de 215 estudantes que se inscreveram para os dois vestibulares realizados naquele ano quando obtiveram aprovação 109 estudantes o que representa 50,7% dos inscritos. No grupo aprovado, as mulheres representam 52,24% correspondentes a 77 alunas. Os homens representaram 34,41% do total de inscrições para o vestibular, com aprovação de 43,24%. O gênero feminino ocorreu em maior número à concorrência pela vaga e obteve maiores índices de aprovação. Contudo, no segundo semestre constata-se o crescimento significativo dos homens em índices de aprovação relativamente ao seu desempenho no semestre anterior: 46,80% de aprovação no último semestre comparados a 30,00% obtidos no semestre anterior.

Tabela 1 – Centro Universitário Metodista IPA. Perfil por Gênero - estudantes inscritos no Vestibular em 2004 que solicitaram bolsa de estudos para negros/as

Gênero	Janeiro 2004		Julho 2004		Totais	
	Candidatos	%	Candidatos	%	Candidatos	%
Feminino	40	59,7	101	68,2	141	65,59
Masculino	27	40,3	47	31,8	74	34,41
Total	67	100	148	100	215	100

Tabela 2 – Centro Universitário Metodista IPA. Perfil por Gênero - estudantes que solicitaram bolsa de estudos para negros/as em 2004 aprovados no Vestibular

Ano/Semestre	Gênero	Inscrição			Aprovados			
		F	M	Total	F	M	Total	%
2004-01		40	27	67	25	10	35	52,24
2004-02		101	47	148	52	22	74	50,00
TOTAL		141	74	215	77	32	109	50,70

Tabela 3 – Centro Universitário Metodista IPA. Relação entre estudantes negros/as inscritos/as e aprovados/as no Vestibular em 2004

Gênero	Janeiro 2004			Julho 2004		
	Inscritos	Aprovados no Vestibular	Aprovação %	Inscritos	Aprovados no Vestibular	Aprovação %
Feminino	40	25	62,5	101	52	51,48
Masculino	27	10	30,0	47	22	46,80
Total	67	35	52,2	148	74	50,00

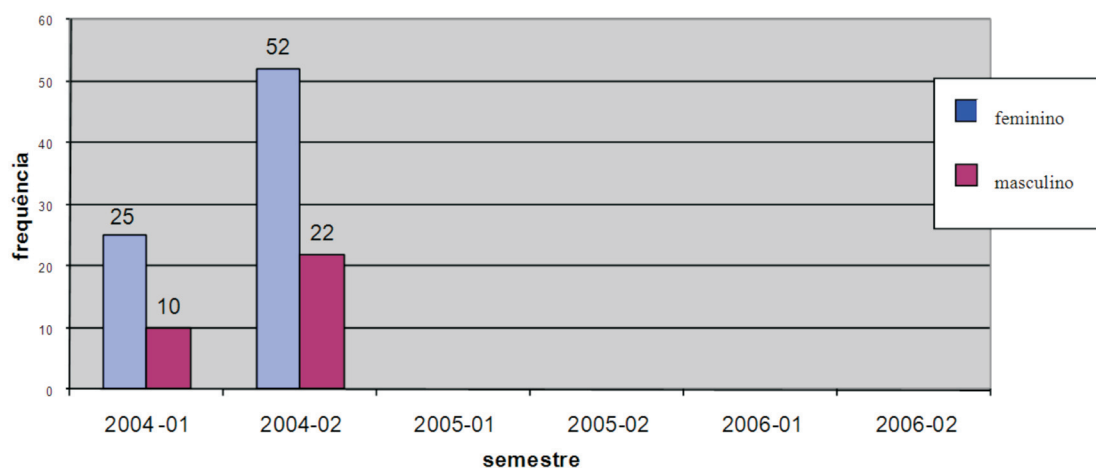


Figura 1 – Ingresso por semestre e por gênero

A evasão no período observado (seis semestres) foi de 45 estudantes dos 109 ingressos, o que representa 42,28%, sendo 8,57% no primeiro semestre, 5,6% para o segundo semestre, 15% para o terceiro semestre, 9,4% no quarto semestre, 12,98% no quinto semestre e 4,47% no sexto semestre.

O desligamento do/a aluno/a, conforme normatiza o regulamento de bolsas da Instituição¹² pode ocorrer por “restar reprovado por rendimento acadêmico insatisfatório em mais de uma

disciplina num mesmo semestre”. Esta foi a causa mais consistente da evasão apontada na Tabela 4, com exceção de dois casos femininos de evasão ocorridos no primeiro semestre de ingresso sendo um por abandono de curso o que configura falta de frequência e outro por descumprimento de regra do programa no que se refere a impossibilidade de acumulação de matrícula em duas universidades.

Tabela 4 – Centro Universitário Metodista IPA. Evasão e Permanência no período de 2004 a 2006 de alunos/as negros/as com Ingresso em 2004

Ano/Semestre Gênero	Ingresso			Evasão			Permanência		
	F	M	Total	F	M	Total	F	M	Total
2004-01	25	10	35	3	0	3	22	10	32
2004-02	52	22	74	5	1	6	69	31	100
2005-01	0	0	0	10	5	15	59	26	85
2005-02	0	0	0	3	5	8	56	21	77
2006-01	0	0	0	6	4	10	50	17	67
2006-02	0	0	0	2	1	3	48	16	64
TOTAL	77	32	109	29	16	45			

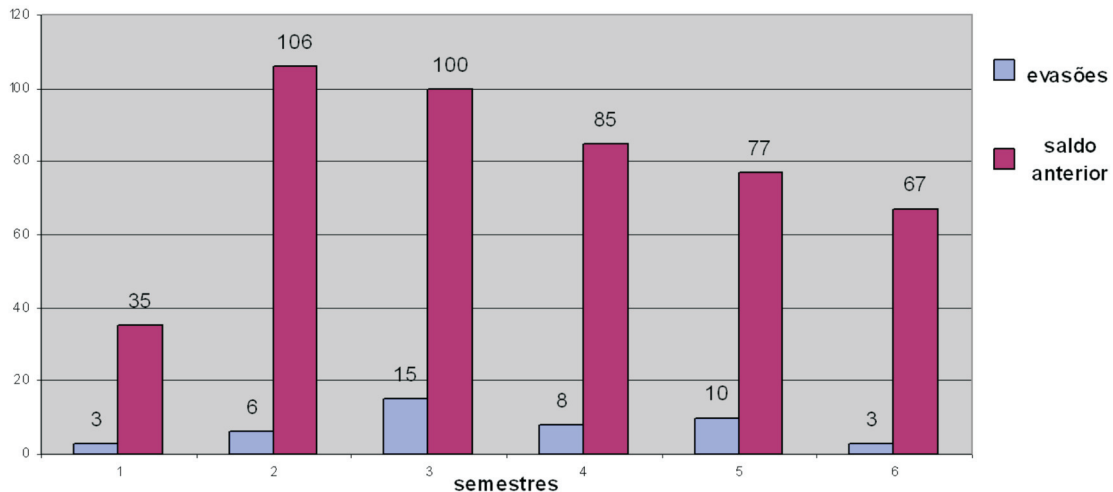


Figura 2 – Evasão por semestre

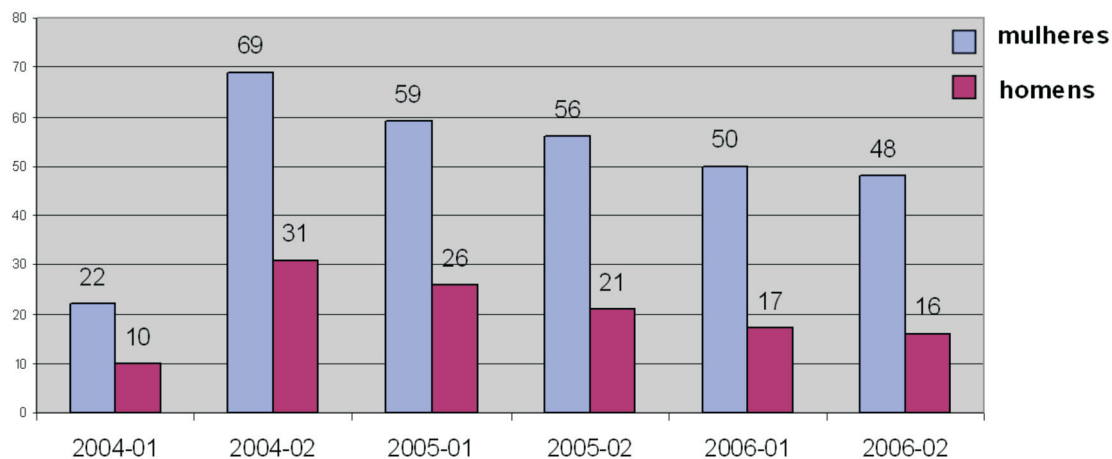


Figura 3 – Permanência por gênero e por semestre

São 64, de um grupo de 109, os/as estudantes que permaneceram no programa durante o período de nossa observação que corresponde a seis semestres, representando 58,71%. O grupo masculino obteve a permanência de 16 dos 32 ingressantes, o que representa exatos 50%, entre as mulheres permaneceram 48 alunas das 77 matriculadas, correspondendo a 62,33%. Apenas no primeiro semestre do período observado e entre os homens, a permanência apresentou índice de 100%, uma vez que nesse momento e nesse grupo, a evasão fora zero.

O programa garante livre acesso a todos os cursos oferecidos pela IFES, dependendo apenas da aprovação do/a candidato/a no vestibular e sua classificação entre o grupo de bolsistas até o preenchimento do quantitativo de bolsas reservado pela Instituição para a comunidade negra. Todos os cursos em funcionamento em 2004, época do ingresso destes/as estudantes receberam bolsistas negros/as.

A concentração feminina localizou-se no curso de Nutrição, com 14 alunas (18,18% das aprovadas), seguido por Administração e Terapia Ocupacional, ambos com 13 alunas (16,88%), Fisioterapia, com dez alunas (12,98%), Educação Física e Fonoaudiologia, ambos com oito alunas (10,38%), Turismo com sete alunas (9,09%) e, por fim, Direito, com quatro alunas (5,19%).

Observa-se a ausência de ingresso de homens nos cursos de Nutrição de Terapia Ocupacional, ocorrendo a concentração masculina no curso de Educação Física, com ingresso de 17 alunos (53,13% dos aprovados), seguido, com números bem mais baixos, por Fonoaudiologia que recebeu cinco alunos (15,62%), Fisioterapia, com quatro homens (12,50%) e Administração, Direito e Turismo com dois estudantes masculinos (6,25%) cada.

Tabela 5 – Centro Universitário Metodista IPA. Evasão e Permanência no período de 2004 a 2006 de alunos/as negros/as com Ingresso em 2004 por Gênero e Curso

Curso	Feminino			Masculino			Totais		
	Ingr.	Evas.	Perm.	Ingr.	Evas.	Perm.	Ingr.	Evas.	Perm.
Administração	13	2	12	2	0	2	15	2	13
Direito	4	0	4	2	1	1	6	1	5
Educação Física	8	5	3	17	9	8	25	14	11
Fisioterapia	10	4	6	4	2	2	14	6	8
Fonoaudiologia	8	4	4	5	3	2	13	7	6
Nutrição	14	6	8	0	0	0	14	6	8
Terapia Ocupacional	13	4	9	0	0	0	13	4	9
Turismo	7	4	3	2	1	1	9	5	4
TOTAIS	77	29	49	32	16	16	109	45	64

Observando a evasão, registra-se incidência zero no primeiro semestre (2004-1) entre os homens. Relativamente a cursos, em números absolutos, a evasão localizou-se com maior incidência no Curso de Educação Física e entre os homens (nove evadidos em 17 ingressantes, significando 52,9%); em termos percentuais, em relação ao ingresso, a evasão apresenta-se maior em Educação Física, entre as mulheres (cinco evadidas em oito ingressantes, o que significa 62,5%). Observa-se, ainda que no curso de Direito não houve evasão entre as mulheres e no curso de Administração não houve evasão masculina.

Tabela 6 – Centro Universitário Metodista IPA. Evasão e Permanência no período de 2004 a 2006 de alunos/as negros/as com Ingresso em 2004 por Gênero e Faixa Etária

Idade (anos)	Feminino			Masculino			TOTAIS		
	Ingr.	Evas.	Perman.	Ingr.	Evas.	Perman.	Ingr.	Evas.	Perman.
18 a 24	37	15	22	17	9	8	54	24	30
25 a 30	20	5	15	11	6	5	31	11	20
31 a 35	9	1	7	2	0	1	11	3	8
36 a 40	3	1	2	1	0	1	4	1	3
41 a 45	7	5	2	1	0	1	8	5	3
57	1	1	0	0	0	0	1	1	0
TOTAIS	77	28	48	32	15	16	109	45	64

A faixa etária focalizada tomou como referência a idade do/a estudante à época de ingresso (matrícula). Entre as mulheres, a faixa etária estende-se de 18 a 57 anos. A concentração de ingressos está localizada no primeiro segmento: entre 18 e 24 anos, faixa considerada idade normal de matrícula em curso superior, com 37 alunas representando 48,05% do número de ingressantes no período. Entre os homens, a faixa etária se estende dos 19 aos 45 anos, havendo maior concentração de ingresso também no intervalo considerado idade universitária com 17 alunos, concentrando 53,12% dos ingressos. Também entre os homens a maior incidência de ingressos ocorre na primeira faixa, contudo, a presença feminina corresponde a 2,25 vezes o número de homens. A faixa etária feminina alcança dez anos a mais em relação à masculina (45 e 57 anos)

A Figura 4 mostra um acompanhamento do desempenho escolar, expresso em notas, indicando a média auferida no período de seis semestres. Vale observar que a IES adota a nota 7,0 como parâmetro mínimo de aprovação e que, com duas reprovações por semestre o/a aluno/a perde o benefício da bolsa.

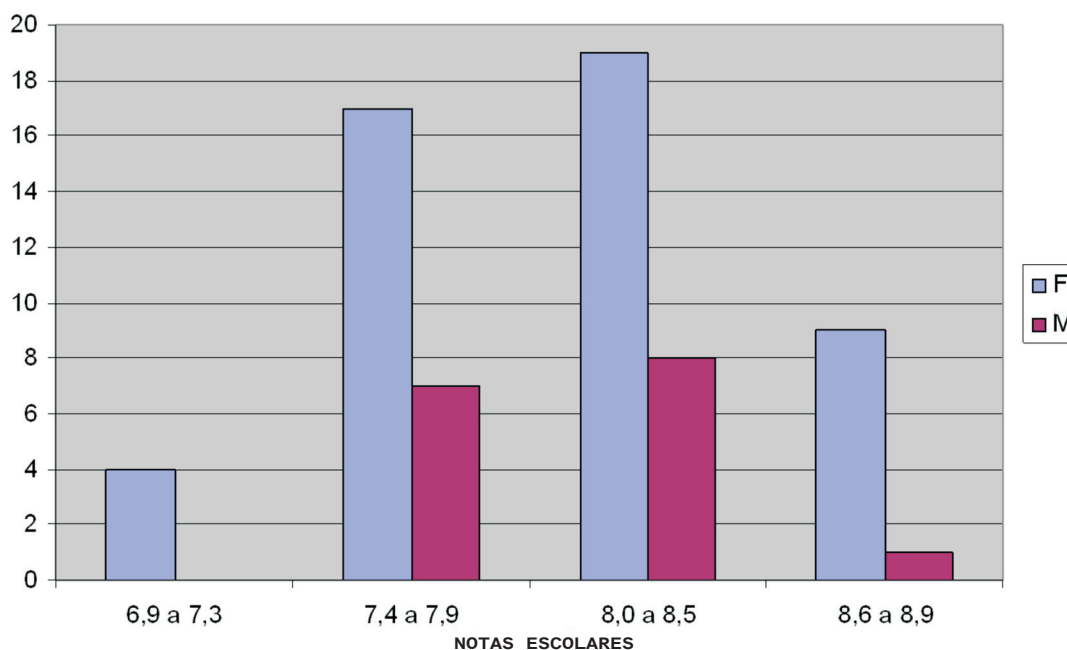


Figura 4 – Desempenho por gênero no período 2004-2006 estudantes que permanecem no programa

Dos/as 64 estudantes que permanecem no programa, 25 concentram sua média dos períodos de seis semestres em notas situadas na faixa de 8,0 a 8,5, sendo 19 mulheres e oito homens. Isto representa 30,06% no cômputo geral; entre as mulheres, representa exatos 50% e entre os homens, 37,5%. A frequência imediatamente inferior concentra-se na faixa das notas entre 7,4 e 7,9. São 24 estudantes com este aproveitamento perfazendo 37,5% do total de estudantes que permanecem no programa. O número de mulheres é de 17, representando 35,41% do grupo feminino e sete homens, o que significa 43,75% do grupo masculino. Em seguida vem o grupo que ocupa a faixa de notas entre 8,6 e 8,9, composto por dez dos 64 alunos que permanecem, perfazendo 15,62% do total dos estudantes, sendo nove mulheres (18,75% do grupo feminino) e um homem (6,25% do grupo masculino).

Concluindo

Foram identificados neste breve trabalho dados que revelam alguns aspectos do perfil dos/as estudantes inseridos/as no programa de ações afirmativas para a comunidade negra em desenvolvimento em Porto Alegre-RS e inserido no contexto das ações empreendidas pela universidade brasileira no caminho do enfrentamento das diversas formas de exclusão social e mais especificamente daquelas decorrentes do racismo. Reunimos aqui informações que possam facilitar a visualização desta iniciativa, motivando a ampliação do acompanhamento do projeto e contribuir para a construção de instrumentos eficazes de avaliação do mesmo. O projeto traz elementos novos ao conjunto das experiências em andamento no território nacional por ser desenvolvido por uma instituição privada de ensino superior, construído através das ações acadêmicas da extensão, pela construção e execução em parceria com a sociedade civil, através do movimento negro, em um espaço onde a população negra é drasticamente invisibilizada e representa 13%.

O grupo pode ser caracterizado como majoritariamente feminino (48 mulheres num universo de permanência de 64 estudantes, representando 75% desse universo); a faixa etária preponderante é dos 18 aos 24 anos (30 estudantes em 64), representando 46,8%. Possibilitado o acesso amplo a todos os cursos oferecidos pela Instituição, constata-se no período observado ter havido aproveitamento das vagas oferecidas, com matrículas de bolsistas em todos os oito cursos em funcionamento à época, que eram Administração, Direito, Educação Física, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Nutrição, Terapia Ocupacional e Turismo, ressaltando-se a ausência de matrícula masculina nos cursos de Terapia Ocupacional e Nutrição. A concentração das notas encontra-se na faixa entre 8,0 e 8,5 numa incidência de 42%, seguida de 15% na faixa entre 8,6 e 8,9, 37,5% situadas entre 7,4 e 7,9 e apenas 6,25% dos estudantes obtiveram média entre 6,9 e 7,3 nesse período observado que foi de seis semestres. Entre as mulheres, 26 alunas no universo de 48

não tiveram qualquer reprovação (51,16%), enquanto esse índice foi de 37,5% entre os homens (seis alunos em 16). No caso de duas reprovações em um mesmo semestre o/a estudante perde o benefício da bolsa de estudos. O perfil socioeconômico destes/as estudantes é padronizado pela caracterização de baixa renda e o recorte racial é autodeclarado e comprovado pelo fenótipo através de fotografia anexada aos documentos de identificação.

O projeto ampliou o ingresso de estudantes negros na IES nos anos seguintes ao período observado tendo, contando, em 2006, com aproximadamente outros 160 alunos/as novos/as distribuídos em cerca de 30 cursos.

Ações dirigidas à permanência e ao sucesso desses/as alunos/as ainda estão por ser implementadas e sua construção deverá ser proposta a partir dos dados preliminares aqui apresentados e de outras pesquisas a serem desenvolvidas com certa urgência, considerando-se que em 2007 alguns cursos estarão formando as primeiras turmas de alunos/as bolsistas deste programa.

A importância deste programa tanto de sua continuidade e desenvolvimento, quanto do seu acompanhamento e avaliação encontra acolhimento nas palavras de Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva, que transcrevemos como desafio:

[...] a presença numericamente significativa de jovens de grupos até então impedidos de frequentar o espaço universitário deve levar a que as ideologias, teorias e metodologias que sustentam e dão andamento à produção de conhecimentos sejam questionadas e, em decorrência, as atividades acadêmicas e científicas sejam redimensionadas. Instituições de ensino superior que reconhecem a diversidade social e econômica da população brasileira, sua pluralidade cultural e social e as avaliam como injustas, ao reservar vagas para negros e negras, projetam ser socialmente justas e, para tanto têm de ampliar seu campo de visão e de produção de conhecimento. Tal plano de ações afirmativas não pode ser encarado pela instituição como proteção a desvalidos. É preciso que um plano com tais metas incentive a compreensão dos valores da diversidade social, cultural, racial e, nestes valores busque apoio para orientar suas ações educativa, de formação de profissionais e de responsabilidade pelo avanço das Ciências. (SILVA, 2003, p. 43-54).

Specificities of the Permanence or Avoidance of Black People with Scholarship in the University Teaching

Abstract

The access to higher education as an instrument of construction of equity; social mobility of historically excluded groups, (if one considers the features of color/race and gender in a private institution of higher



teaching configuring an affirmative project of private nature and public effect) are the main points developed in the present research. The perception of the historical moment of the Centro Universitário Metodista IPA, in Porto Alegre - RS, the precedence of its initiative in relation to the Government programs, and the covenant accomplished with the Centro Ecumênico de Cultura Negra - CECUNE, specific social group are important aspects which deserve analytical look which can identify the multiple possibilities and potentialities of the experience in the academic space of that Institution. The research tries to identify the profile of the scholarship holders (girls and boys) of the social inclusion program to black people of that Institution. It can contribute to understand the peculiarities of their permanence, or avoidance, through analysis of documents of the totality of admittance in the academic year of 2004. The methodological way chosen in this study goes from the admittance register, having the individual, academic and social features as categories of analysis, the index of permanence and avoidance, in order to identify the data which can strengthen the debate of the themes access/permanence in affirmative actions' programs turned to the population.

Keywords

Affirmative action in education. Diversity of color/race and gender. Inclusion, permanence and avoidance.

Notas

1 O ProUni - Programa Universidade para Todos foi criado pela MP nº 213/2004 e institucionalizado pela Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005. Tem como finalidade a concessão de bolsas de estudos integrais e parciais a estudantes de baixa renda, em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de educação superior, oferecendo, em contrapartida, isenção de alguns tributos àquelas que aderirem ao Programa.

2 Para maior aprofundamento deste tema, recorrer ao Projeto Pedagógico Institucional do Centro Universitário Metodista IPA, às Diretrizes para a Educação na Igreja Metodista (DEIM), documento integrante do Plano Para a Vida e Missão da Igreja (PVMI) aprovado no XII Concílio Geral da Igreja, em 1982 disponíveis no website da Igreja <www.metodista.org.br>.

3 O Centro Universitário Metodista IPA implantou, a partir de 2004 quatro novos campi , além do campus IPA, situado na Rua Joaquim Pedro Salgado, 80, bairro Rio Branco, do campus Colégio Americano, situado na Rua Dr. Lauro de Oliveira, 119, antigas escolas de ensino fundamental e médio, instalou o campus Dona Leonor, na Rua do mesmo nome, nº 340, ainda no mesmo bairro; projetou sua ação na zona sul da cidade, instalando o campus Restinga, na Estrada João Antônio da Silveira, nº 4065, no bairro Restinga, e o campus Cruzeiro do Sul, na Rua Arnaldo Boher, 253, no bairro Teresópolis e, na zona norte, o campus DC Navegantes situado em um Shipping Center, na Rua Frederico Mentz 1606.

4 Conforme conteúdo expresso no endereço eletrônico do MEC- INEP, as instituições de educação superior brasileiras estão organizadas sob as seguintes categorias administrativas (ou formas de natureza jurídica): Públicas ou Privadas. Privadas.- são as mantidas e administradas por pessoas físicas ou jurídicas

de direito privado. Podem se organizar como: Instituições privadas com fins lucrativos ou Particulares em sentido estrito - instituídas e mantidas por uma ou mais pessoas físicas ou jurídicas de direito privado; Instituições privadas sem fins lucrativos, que podem ser: Comunitárias - instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas, inclusive cooperativas de professores e alunos que incluam, na sua entidade mantenedora, representantes da comunidade; Confissionais - instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas que atendam à orientação confessional e ideológica específicas; Filantrópicas - são as instituições de educação ou de assistência social que prestem os serviços para os quais foram instituídas e os coloquem à disposição da população em geral, em caráter complementar às atividades do Estado, sem qualquer remuneração.

5 O Centro Universitário mantém de 2004 até o ano em curso os seguintes convênios para concessão de bolsas de estudos: 1. Povos indígenas (Kaengange e Guarani), 2. Via Campesina, 3. Associação dos Educadores Populares de Porto Alegre, 4. Fundação da Brigada Militar, 5. Centro Ecumênico de Cultura Negra-CECUNE, 6. Países Estrangeiros do Eixo Sul e ou em situação de empobrecimento e reconstrução (Timor Leste, Angola, Moçambique, Haiti), estes últimos com moradia no campus universitário.

6 Regulamento de Bolsa de Estudos Carência do Centro Universitário Metodista IPA.

7 O Centro Ecumênico de Cultura Negra - CECUNE é uma organização não governamental criada em 20 de março de 1987, em Porto Alegre/RS, sem vínculos político-partidários, administrativos ou religiosos, com a proposta de ser um instrumento de assessoria para a comunidade negra. Nasceu por iniciativa de pessoas pertencentes à própria comunidade negra e com uma perspectiva ecumênica (do grego oikoumenikos, lat. oecumenicu: relativo a toda a terra habitada, universal) no sentido de ser capaz de promover o encontro aberto e universal de pessoas e entidades diferentes em suas vivências, respeitando suas peculiaridades e reforçando os valores comuns. Mantém ações nas áreas de Capacitação (formação de lideranças), Comunicação e Arte. O segmento prioritário ao qual direciona sua atuação é a população negra, observando recortes geracionais e de gênero e, num segundo momento, também o público em geral, que deva ser sensibilizado para questões de cidadania e etnicidade. A capacitação se faz em diversas áreas do conhecimento (história, antropologia, teologia, saúde, política, psicologia, direito, produção cultural, etc.), tendo como objetivo maior a habilitação para o exercício pleno da cidadania. O CECUNE tem a preocupação de oferecer ainda ao público alcançado por seus projetos, além de informação, acesso à instrumentação para resgate da auto-estima, com ações nas áreas da psicologia e do direito. A comunicação é feita através de ações voltadas para a retomada de uma linguagem verbal e de imagens e símbolos que tratem de maneira politicamente mais correta a população negra, desfazendo os estereótipos preconceituosos e danificadores da auto-estima desse povo. O CECUNE para esse fim criou a Revista Conexão Negra. Mantém proposta de facilitar o acesso do público em geral em eventos da comunidade a artefatos culturais significativos (livros, revistas, literatura infanto-juvenil, bonecas negras, adereços étnicos, etc.). No campo da arte, desenvolve ações e projetos ligados a música, vídeo e cinema. Mantém, desde 1993, o “Coral do CECUNE”, único coro étnico afrodescendente do Rio Grande do Sul. O coral desenvolve um programa mostrando a música negra de África e suas expressões recriadas nas Américas, que é levado a escolas, feiras, simpósios, eventos comunitários, etc. Há 6 anos o CECUNE propõe e realiza a “Mostra O Negro no Cinema” que, além de divulgar as produções cinematográficas e em vídeo com

temáticas relativas à comunidade negra, promove o encontro dessa comunidade com seus profissionais do cinema, com os temas, personagens e heróis, oferecendo também oficinas de capacitação nesta área. A entidade tornou-se ao longo de sua existência uma referência no estado do Rio Grande do Sul como agente de capacitação para a cidadania e reconstrução da identidade étnica do povo afrodescendente. Sua linguagem é identificada através dos cursos que promove, da produção musical de canto coral e das publicações. O CECUNE desenvolve toda sua ação através parcerias que lhe garantem espaços físicos transitórios tanto para a secretaria quanto para os eventos. Ao longo destes anos vem formando os profissionais que hoje atuam em seus projetos, o que garante não só um vínculo ideológico mas também afetivo e afinado com os objetivos que foram construídos em conjunto. Principalmente em razão do seu caráter de entidade de assessoria, o CECUNE se relaciona com muitas entidades do movimento negro, com entidades do poder público e também do setor privado com quem estabelece parcerias para prestação de serviços de capacitação de agentes, de fornecimento de material de informação e/ou para oferecimento de atividade artística. Dessa forma, os resultados de capacitação não revertem obrigatoriamente como quadros para a entidade, mas retornam e permanecem em suas entidades de origem ou buscam espaços novos de intervenção social, ampliando o protagonismo social.

8 Fonte – IBGE, Censo Demográfico 2000: Primeiros resultados da amostra Brasil, Grandes regiões, Unidades da federação, regiões Metropolitanas e Municípios.

9 Os incentivos fiscais concedidos pelo governo federal às instituições privadas filantrópicas representam R\$ 839,7 milhões ao ano. Este montante refere-se à renúncia fiscal. De acordo com a legislação brasileira, as instituições filantrópicas são isentas do recolhimento da contribuição previdenciária patronal e outros tributos federais. (Folha de S.Paulo, 12 abr. 2004)

10 Regulamento de Bolsa de Estudos Carência do Centro Universitário Metodista IPA. Título VI. Da Seleção - arts. 7º a 10º.

11 Ver GOMES, Nilma Lino; MARTINS, Aracy Alves (Org.). **Afirmando direitos**: acesso e permanência de jovens negros na universidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

12 Regulamento de Bolsa de Estudos Carência. Art. 19, “h”.

Referências

BARBOSA, Eni; CLEMENTE, Elvo. **O processo legislativo e a escravidão negra na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: CORAG, 1987.

FERNANDES, Florestan. **Qual é a questão da USP**. São Paulo: Brasiliense, 1984. p. 66-67.

OSÓRIO, Rafael Guerreiro. O Sistema classificatório de “cor ou raça” do IBGE. In: BERNARDINO, Joaze; GALDINO, Daniela (Org.). **Levando a raça a sério**: ação afirmativa e universidade. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

SANTOS, Boaventura Souza. A questão do acesso na universidade do século XXI. **Revista Advir** (ASDUERJ), Rio de Janeiro, n. 19, p. 8-9, set. 2005.

VIEIRA, Andréa Lopes da Costa. Políticas de educação, educação como política: observações sobre a ação afirmativa como estratégia política. In: SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e; SILVÉRIO, Valter Roberto (Org.). **Educação e ações afirmativas**: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEPE, 2003.

Correspondência

SUZANA MARISA RODRIGUES RIBEIRO

Av. Nilton Waldemar Stock, 50 - Bairro Itu Sabará

91220-610 - Porto Alegre - RS

Fone (51) 3348-9542

suzanamrr@gmail.com

Recebido em 22.07.2009

Aprovado em 08.08.2009

